

Resumo de notícias econômicas

23 de Novembro de 2022 (quarta-feira)

Ano 4 n. 475

Núcleo de Inteligência da ADECE/SEDET

Leading oil & gas companies continue investing in low-carbon hydrogen projects

The top oil & gas companies with low-carbon hydrogen capacity as of July 2022



Source: GlobalData

***“Conformity is the jailer of freedom and the enemy of growth”
John F. Kennedy***

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 23 DE NOVEMBRO DE 2022

- Em troca de PEC, Lula aceita que Congresso destine verbas

Após negociações com o Congresso, a PEC da Transição, elaborada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, deve ser protocolada no Senado.

- Centrão ameaça incluir orçamento secreto na PEC da Transição

Em resposta à ideia do PT de retirar de forma permanente do teto de gastos os recursos para o Auxílio Brasil, o Centrão ameaça embutir na PEC da Transição uma regra que obrigaria o governo a pagar as emendas do orçamento secreto, o que hoje não ocorre.

- PEC dá poder a Lula sobre Orçamento

Sem âncoras fiscais, PEC da Transição permite ao novo governo controlar até R\$ 222 bi; presidente atual teve em média R\$ 99 bi por ano.

- Novo governo negocia tirar mudança do teto da Constituição

Integrantes da equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliam negociar a inclusão na PEC da Transição de dispositivo que prevê a reforma do teto de gastos por meio de lei complementar.

- Pochmann vai para equipe de Planejamento na transição

Edição extra do DOU trouxe a nova composição do grupo técnico que vai tratar de Planejamento, Orçamento e gestão na equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

- Infraestrutura 'vende' ao novo governo PPPS de aeroportos

O Ministério da Infraestrutura trabalha para que o governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encampe a ideia do programa de parcerias público-privadas (PPPS) para operação de aeroportos regionais no País, com potencial de envolver por volta de 50 terminais.

- 8 terminais já devem ter consulta pública

A Anac pode lançar até o fim do ano a consulta pública para o primeiro bloco de PPPS, que conta com oito aeroportos no Amazonas, nas cidades de Parintins, Coari, Eirunepé, Barcelos, Carauari, Maués, São Gabriel da Cachoeira e Lábrea.

- WhatsApp poderá ser usado para compras

A Meta, holding do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, anunciou que vai testar uma ferramenta de compras e pagamentos no WhatsApp Business no Brasil.

- Bancos pedem bloqueio de bens da Oi

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Itaú Unibanco pediram a prorrogação do processo de recuperação judicial da Oi e o bloqueio do dinheiro proveniente da venda de ativos da operadora para garantir o pagamento de dívidas.

- 'Caça a pechinchas' ajuda bancos privados

Em mais um dia de perdas no Ibovespa, ante os temores com a política fiscal no governo Luiz Inácio Lula da Silva, parte dos grandes bancos fechou em alta na B3.

- Saúde tem queda com aversão a risco

Em meio a um sentimento de aversão a risco, empresas do setor de saúde tiveram perdas relevantes ontem na B3.

- Por que vale a pena ter IPCA+ na carteira com inflação alta

O boletim Focus trouxe pela terceira semana consecutiva piora nas expectativas do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

- Alta da inadimplência acende sinal amarelo

A inadimplência recorde, que atinge três em cada dez famílias nas capitais brasileiras, segundo a Fecomércio-SP, acendeu o sinal amarelo de bancos e empresas varejistas.

- Inadimplência turbinada pelo juro alto chega aos varejistas

O aumento da inadimplência, provocado principalmente pela alta dos juros, chegou também às redes varejistas.

Em troca de PEC, Lula aceita que Congresso destine verbas (23/11/2022)

O Estado de S. Paulo.

Após negociações com o Congresso, a PEC da Transição, elaborada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, deve ser protocolada no Senado. Em troca da aprovação da proposta, o governo eleito aceitou que parte dos recursos que devem ficar livres para gastos em 2023 possa ter destinação definida por deputados e senadores por meio de emendas. A equipe de transição concordou em retirar o Auxílio Brasil do teto de gastos por quatro anos, e não mais de forma permanente.

Ainda assim, enfrenta pressão de líderes no Congresso para que esse período seja reduzido para dois anos e os valores envolvidos caiam dos R\$ 200 bilhões para R\$ 160 bilhões. Em troca da aprovação do texto, a equipe de Lula aceitou que parlamentares destinem por meio de emendas parte dos recursos que vão ficar livres no Orçamento de 2023. O novo governo concordou em retirar o Auxílio Brasil do teto de gastos por quatro anos, e não mais de forma permanente, mas enfrenta pressão para reduzir esse período.

Líderes do Congresso cobram uma redução maior do período de flexibilização para, no máximo, dois anos. Além disso, integrantes do PT negociam reduzir o impacto do estouro do teto de gastos, que poderia chegar a quase R\$ 200 bilhões, para R\$ 160 bilhões. Com a retirada do Auxílio do teto, os R\$ 105 bilhões reservados para o programa atualmente ficariam livres para outros gastos em 2023, como obras, manutenção de órgãos públicos e recomposição de recursos para saúde e educação. Uma mudança cogitada é incluir na proposta um comando para revisar o teto de gastos em 2026.

Centrão ameaça incluir orçamento secreto na PEC da Transição (23/11/2022)

O Estado de S. Paulo.

Em resposta à ideia do PT de retirar de forma permanente do teto de gastos os recursos para o Auxílio Brasil, o Centrão ameaça embutir na PEC da Transição uma regra que obrigaria o governo a pagar as emendas do orçamento secreto, o que hoje não ocorre. A PEC deve começar a tramitar pelo Senado, mas é na Câmara que o presidente

eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enfrenta a maior resistência. Lula dependerá de Arthur Lira (PP-AL) para pautar a proposta e aprová-la ainda em 2022.

O Centrão ameaça embutir na PEC da Transição regra que obrigaria o novo governo a pagar as emendas do orçamento secreto nos próximos anos. É uma resposta à investida do PT de retirar o Auxílio Brasil do teto de gastos de forma permanente, dando ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva uma “licença” de R\$ 200 bilhões para gastos extras logo no início do seu mandato. A PEC deve começar a tramitar pelo Senado, mas é na Câmara que Lula enfrenta o maior impasse. Ele dependerá de Lira para pautar a proposta e aprová-la até dezembro. Hoje, o deputado tem controle sobre as emendas do orçamento secreto e não quer perder esse poder no novo governo.

Tornar os repasses impositivos manteria a negociação política, mas reduziria o controle do Executivo. As emendas teriam uma blindagem maior e seriam executadas no montante determinado pelo Congresso. Neste ano, houve uma tentativa de aprovar uma proposta semelhante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas o Legislativo recuou. A inclusão da medida na PEC é colocada como uma estratégia para forçar Lula a negociar a aprovação da medida. “É ingenuidade pensar que a PEC vai ser aprovada sem ter diálogo com todo mundo”, disse o deputado Danilo Forte (União-ce), aliado de Lira.

PEC dá poder a Lula sobre Orçamento (23/11/2022)

O Globo

Sem âncoras fiscais, PEC da Transição permite ao novo governo controlar até R\$ 222 bi; presidente atual teve em média R\$ 99 bi por ano. A PEC da Transição, apresentada pelo futuro governo, dá ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um poder sobre despesas livres no Orçamento que representa o dobro do controle que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem no mandato atual.

Considerando apenas as despesas não obrigatórias, ou seja, aquelas que o governo pode usar para investimentos e custeio da máquina pública, os gastos podem chegar a R\$ 222 bilhões em 2023. Sem a PEC da Transição, a parcela de recursos “livres” prevista no projeto de Orçamento do ano que vem é de R\$ 93,4 bilhões.

De 2019 para cá, Bolsonaro teve em média R\$ 99 bilhões para gastar com a manutenção dos órgãos públicos e investimentos, sem considerar as despesas obrigatórias por lei e as emendas parlamentares. Como mostrou o Estadão, a PEC foi

gestada pela ala política do governo eleito, sem participação dos economistas André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Persio Arida, que compõem o grupo de transição.

Novo governo negocia tirar mudança do teto da Constituição (23/11/2022)

Broadcast

Integrantes da equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliam negociar a inclusão na PEC da Transição de dispositivo que prevê a reforma do teto de gastos por meio de lei complementar. A senha foi dada pelo vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB). Alckmin defendeu a “desconstitucionalização” do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à inflação. O vice-presidente eleito argumentou que “parece lógico” retirar a norma da Constituição para depois, disse ele, discutir uma nova regra com mercado, sociedade e partidos. A ideia é que o dispositivo a ser criado indique uma “trajetória das despesas e da dívida”, afirmou Alckmin.

O ex-governador paulista não falou explicitamente em usar a PEC de Transição para a finalidade, mas há uma tentativa de articulação para dar a sinalização agora para que a legislação de um novo arcabouço fiscal seja aprovada em 2023.

Entre os economistas que participam da transição, há defensores da ideia, afirmaram fontes envolvidas na negociação da proposta. O próprio ex-presidente Michel Temer (MDB), ao conseguir aprovar o teto de gastos, já tinha contratado uma reforma para depois de dez anos. A emenda constitucional 95, que criou o mecanismo e foi aprovada em 2016, previu a reforma da regra 2026 via lei complementar, sem precisar de uma alteração na Constituição.

Pochmann vai para equipe de Planejamento na transição (23/11/2022)

Folha de São Paulo

Edição extra do Diário Oficial da União (DOU) trouxe a nova composição do grupo técnico que vai tratar de Planejamento, Orçamento e gestão na equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, a equipe conta com o economista Márcio Pochmann, além de Élvio Lima Gaspar, especialista em planejamento urbano e regional, e Márcio Gimene, que se juntaram a Antônio Correia de Lacerda, Enio Verri e

Esther Dweck, já nomeados anteriormente. Professor na Unicamp, Pochmann foi presidente da Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, de 2012 a 2020. Antes, havia sido presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) entre 2007 e 2012.

Em carta enviada ao vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, que é o coordenador da equipe de transição, Mantega disse que havia aceitado trabalhar como colaborador não remunerado, sem cargo público, no grupo de transição, devido à punição imposta a ele pelo TCU nos episódios das chamadas “pedaladas fiscais” – que desembocariam no impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Ainda na carta, ele escreveu que “essa minha condição estava sendo explorada pelos adversários, interessados em tumultuar a transição e criar dificuldades para o novo governo”.

Na mesma edição do DOU, Alckmin formalizou outras mudanças nos grupos temáticos. O de desenvolvimento social e combate à fome, do qual a senadora Simone Tebet faz parte, também ganhou reforço, com a chegada de Patrus Ananias, exministro de Desenvolvimento Agrário no governo Dilma. Pelo menos outros sete grupos também tiveram ajustes, todos para a ampliação da quantidade de integrantes. O inchaço tem sido criticado. Além disso, a base petista tem mostrado incômodo com a entrada de outros partidos, temendo perder o papel majoritário dentro do processo.

Infraestrutura ‘vende’ ao novo governo PPPS de aeroportos (23/11/2022)

Jornal Valor Econômico

O Ministério da Infraestrutura trabalha para que o governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encampe a ideia do programa de parcerias público-privadas (PPPS) para operação de aeroportos regionais no País, com potencial de envolver por volta de 50 terminais. A ideia inicial é apresentar ativos que estão em Estados da Amazônia Legal, região onde Lula tem simpatia em razão da agenda ambiental apresentada durante sua campanha. Vai servir de argumento para vender a proposta ao novo governo o fato de o programa cobrar uma participação maior do Estado em relação a concessões comuns.

Parte do grupo de Infraestrutura do governo de transição já se reuniu com técnicos do ministério, o plano de PPPS para aeroportos foi apresentado. Para o titular da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Ronei Glanzmann, o programa para os terminais de menor porte é o mais importante da área dentro do Executivo. Apesar de as

“relicitações” e a oitava rodada de concessão de aeroportos – que contará com Galeão e Santos Dumont – serem de muita relevância para o setor, o secretário afirmou que esses projetos estão consolidados. As concessões de aeroportos começaram ainda no governo de Dilma Rousseff, em 2011. À época, Glanzmann já era integrante da SAC.

O secretário classifica a agenda de PPPS no setor aéreo como “disruptiva”. “Queremos deixar para o governo de transição como um legado”, afirmou ao Estadão/broadcast. O contrato de PPP proposto é de dez anos, com necessidade de execução dos investimentos logo nos três primeiros anos da concessão. Para o secretário, a vantagem está na agilidade que o setor privado terá para executar as obras. Hoje, ele apontou, essa capacidade é limitada pelo orçamento e pelas amarras das contratações públicas.

8 terminais já devem ter consulta pública (23/11/2022)

O Estado de S. Paulo.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pode lançar até o fim do ano – ou início do próximo – a consulta pública para o primeiro bloco de PPPS, que conta com oito aeroportos no Amazonas, nas cidades de Parintins, Coari, Eirunepé, Barcelos, Carauari, Maués, São Gabriel da Cachoeira e Lábrea.

Hoje, os terminais recebem voos comerciais. Como eles não têm uma movimentação expressiva de passageiros, o plano é conceder de forma patrocinada, ou seja, com aporte e contraprestação do poder público nos empreendimentos. Para esse primeiro bloco – a ideia é licitar pelo menos mais quatro –, os estudos do governo indicam uma necessidade orçamentária de R\$ 500 milhões: R\$ 400 milhões para investimento e R\$ 100 milhões para operação. O dinheiro ficaria em uma conta específica.

WhatsApp poderá ser usado para compras (23/11/2022)

Broadcast

A Meta, holding do Facebook, do Instagram e do WhatsApp, anunciou que vai testar uma ferramenta de compras e pagamentos no WhatsApp Business no Brasil. Com o recurso, será possível acessar o catálogo de produtos de lojas, selecionar e pagar as mercadorias no app. O WhatsApp vai incluir uma aba de pesquisas no mensageiro, para que os usuários possam procurar por lojas e restaurantes que oferecem o serviço.

A ferramenta foi anunciada por Mark Zuckerberg, presidente da Meta, no WhatsApp Business Summit, em São Paulo. Inédita no Brasil, a função chega como um teste, após ter sido lançada na Índia no mês passado. A ideia é que funcione como um app de delivery ou um e-commerce, em que todo o processo de compra é realizado dentro do aplicativo. Para isso, o WhatsApp tem testado a parceria com empresas de pagamento como Cielo, Fiserv, Getnet, Mercado Pago e Rede. Usuários podem pagar com cartões de débito ou crédito com as bandeiras Visa ou Mastercard. “Se você gerencia um negócio no Brasil, isso significa que as pessoas poderão encontrar você, falar com você e comprar de você, tudo no WhatsApp, e estamos trabalhando para levar essa experiência para mais países nos próximos meses”, afirmou Zuckerberg.

Bancos pedem bloqueio de bens da Oi (23/11/2022)

Jornal Valor Econômico

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Itaú Unibanco pediram a prorrogação do processo de recuperação judicial da Oi e o bloqueio do dinheiro proveniente da venda de ativos da operadora para garantir o pagamento de dívidas, que totalizam R\$ 6,9 bilhões. As informações estão em petições enviadas este mês ao juiz da 7.^a Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Fernando Viana, responsável pelo processo. O cerne da discussão é uma cláusula do plano de recuperação, que determina o uso do dinheiro acumulado no caixa da Oi para quitar pagamentos antes do prazo originalmente previsto. A empresa é obrigada a antecipar os pagamentos caso a receita líquida obtida com a venda de ativos ultrapasse a marca de R\$ 6,5 bilhões.

Por isso, os bancos estão pressionando a Oi a divulgar o cálculo dos ganhos com as vendas das suas redes móveis para TIM, Vivo e Claro e do controle do seu braço de fibra óptica (V.tal) ao BTG Pactual. As instituições financeiras insinuam até que a tele estaria maquiando suas contas para driblar os credores.

A Oi alegou que o cálculo é complexo e ainda não foi concluído. Ainda assim, forneceu uma planilha com dados preliminares mostrando que não teria ultrapassado a marca de R\$ 6,5 bilhões. Portanto, não haveria justificativa para nenhum pagamento antecipado da dívida, como os bancos reivindicam. A companhia recebeu R\$ 19,1 bilhões pela venda das redes móveis e o controle da V.tal. Desse total, R\$ 12,6 bilhões

já foram utilizados em outras obrigações previstas, entre elas o pagamento do BNDES (R\$ 4,6 bilhões), o refinanciamento de empréstimo com o fundo Farallon (R\$ 3,7 bilhões) e R\$ 800 milhões em despesas com o processo de venda dos ativos.

‘Caça a pechinchas’ ajuda bancos privados (23/11/2022)

Broadcast

Em mais um dia de perdas no Ibovespa, ante os temores com a política fiscal no governo Luiz Inácio Lula da Silva, parte dos grandes bancos fechou em alta na B3. Os papéis ON do Bradesco subiram 1,46% e os PN, 2,17%. Itaú acompanhou e fechou com alta de 0,61%. O analista da Mirae Asset, Pedro Galdi, atribuiu o fôlego a uma “caça a pechinchas”, após dois pregões seguidos de queda. O Santander caiu 0,43%.

Saúde tem queda com aversão a risco (23/11/2022)

Reuters

Em meio a um sentimento de aversão a risco, empresas do setor de saúde tiveram perdas relevantes ontem na B3. A que mais sofreu foi a Qualicorp, que caiu 10,60%. O temor é que alta dos juros futuros, reflexo das incertezas sobre a política fiscal do novo governo, afete a demanda por esses serviços. HapVida perdeu 3,51% e Rede D’Or, 1,17%. Fleury zerou as perdas no fim do pregão e subiu 0,99%.

Por que vale a pena ter IPCA+ na carteira com inflação alta (23/11/2022)

Broadcast

O boletim Focus trouxe pela terceira semana consecutiva piora nas expectativas do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Depois de dezenas de semanas em queda, a projeção de inflação para 2022 foi reajustada de 5,63% para 5,82% no acumulado de 12 meses. A revisão vem em linha com a alta mensal de 0,59% em outubro ante setembro – a primeira após três meses de deflação.

Se por um lado os números reforçam a mensagem de que a batalha contra a inflação não está ganha, por outro mostram para os investidores de renda fixa que ainda faz sentido manter as posições em títulos atrelados ao IPCA.

Embora a alta do IPCA em outubro não seja surpresa, dá alguns indicativos sobre a pressão inflacionária no País, explica Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital. O primeiro é que, se não fossem os movimentos do governo para reduzir tributos de

combustíveis e energia, a inflação não teria dado trégua em nenhum mês de 2022. “Tirando esse movimento, que é única e exclusivamente gerado por medidas legislativas, e não por fenômenos macroeconômicos, não teríamos visto deflação em nenhum mês no ano. Era esperado que a inflação voltasse a subir e foi o que aconteceu”, diz.

Alta da inadimplência acende sinal amarelo (23/11/2022)

Jornal Valor Econômico

A inadimplência recorde, que atinge três em cada dez famílias nas capitais brasileiras, segundo a Fecomércio-SP, acendeu o sinal amarelo de bancos e empresas varejistas. Os resultados do terceiro trimestre foram prejudicados, em parte, pelos calotes. Com inflação alta, possibilidade de desaceleração da economia e taxa básica de juros em 13,75% ao ano, bancos estão mais cautelosos na aprovação de crédito. Instituições como Bradesco e Santander ampliaram as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD). O mesmo fizeram varejistas como Via e Magazine Luiza. Segundo a Serasa, os inadimplentes mais jovens puxam a fila da renegociação de débitos.

A escalada da taxa básica de juros – que passou de 2%, no início de 2021, para os atuais 13,75% ao ano – tem feito estragos na vida dos consumidores e das empresas. A inadimplência atingiu nível recorde: segundo estudo da FecomércioSP, na virada do semestre 29% das famílias nas capitais brasileiras tinham alguma conta em atraso – a maior marca da série, iniciada em 2010.

O avanço da inadimplência acendeu o sinal amarelo para bancos e varejistas, que viram os resultados do terceiro trimestre prejudicados, em parte, pelo calote. Preocupados, ficaram mais cautelosos na aprovação de novos financiamentos e aumentaram as reservas para perdas futuras com o crédito, em meio a um cenário de juros ainda elevados e o baixo crescimento da economia brasileira esperado para 2023.

Inadimplência turbinada pelo juro alto chega aos varejistas (23/11/2022)

Jornal Valor Econômico

O aumento da inadimplência, provocado principalmente pela alta dos juros, chegou também às redes varejistas. O Magazine Luiza, registrou prejuízo de R\$ 166,8

milhões no terceiro trimestre, reservou R\$ 590,4 milhões para créditos de liquidação duvidosa no cartão próprio – que responde pela maior fatia das vendas a prazo da rede.

A varejista aumentou em 206,4% a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) em relação ao mesmo trimestre de 2021. Quando é levada em conta a relação entre a provisão e o tamanho da carteira de crédito do Magazine Luiza, o índice do terceiro trimestre está em 2,9%, ante 1,3% no mesmo período de 2021. Roberto Bellissimo, diretor da varejista, diz, porém, que a comparação entre os períodos não é a mais adequada.

Ele observa que o indicador entre a provisão e o tamanho da carteira era superior a 3% antes da pandemia. A inadimplência dos créditos vencidos há mais de 90 dias na rede, que subiu para 9,2% da carteira no terceiro trimestre (ante 4,9% em 2021), está voltando para os níveis pré-pandemia, argumenta. No entanto, o executivo diz que desde o começo do ano vem reduzindo o ritmo de concessão de novos cartões da rede e está focado em clientes conhecidos e que já navegam pelo site da varejista.

PARA NÃO ERRAR MAIS

O pronome “O” (o, a, os, as, lo la) é usado somente com verbos transitivos diretos, ou seja, que não pedem preposição.

Exemplo:

Vou encontrar Maria mais tarde / Vou encontrá-la mais tarde.

Eu não vi a professora / Eu não a vi.

ERRADO: O diretor LHE convidou para o cargo.

CORRETO: O diretor O convidou para o cargo.

ERRADO: Vou LHE ajudar.

CORRETO: Vou ajudá-LO.

ERRADO: Ele não obedecê-LO.

CORRETO: Ele não vai LHE obedecer.

ERRADO: Eu LHE encontrei.

CORRETO: Eu O encontrei.

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.

Assessoria de Comunicação – ADECE

Fone: (85) 3108.2700

www.adece.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

ATUALIZADO DIA 22.11.2022.

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	1,45	2,09	-5,72	6,63	2,94
Brasil	1,78	1,22	-3,28	4,65	2,65

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN A DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
Ceará	155,90	163,58	166,91	192,31	209,84
Brasil	7.004,14	7.389,13	7.609,60	8.679,49	9.444,07

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021*	2022**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,21	2,19	2,22	2,22
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 22/11/2022.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)									
REGIÃO/ANO	SET/18	JAN-DEZ/18	SET/19	JAN-DEZ/19	SET/20	JAN-DEZ/20	SET/21	JAN-DEZ/21	SET/22
Ceará	1,51	1,75	1,47	1,78	-5,33	-4,07	4,90	3,80	3,43
Nordeste	1,40	1,32	0,24	0,42	-4,71	-3,69	3,83	2,90	4,24
Brasil	1,18	1,31	0,96	1,06	-5,29	-4,04	6,06	4,63	2,93

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (21 - 22) %
Exportações	1.878,86	1.935,10	1.583,74	2.221,96	2.029,32	-8,67
Importações	2.201,03	1.976,03	2.001,93	2.927,15	4.288,95	46,52
Saldo Comercial	-322,17	-40,93	-418,20	-705,19	-2.259,63	-220,43

Fonte: MDIC.

PRINCIPAIS ÍNDICES					
ATIVIDADE – CEARÁ	Variação Acumulada de Janeiro a Setembro				
	2018	2019	2020	2021	2022
Produção Física Industrial	0,6	1,4	-12,0	11,8	-3,7
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,4	-0,8	-15,1	11,4	13,7
Pesquisa Mensal do Turismo	3,6	5,9	-44,0	15,8	47,5
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,7	-1,5	-9,2	-0,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,2	2,7	-8,4	10,5	2,3
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-3,4	11,1	4,5	24,2	-2,6

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ

INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.4	2022.1	2022.2	2022.3
População em idade de Trabalhar (a)	7.195 (100%)	7.297 (100%)	7.389 (100%)	7.467 (100%)	7.479 (100%)	7.540 (100%)	7.535 (100%)
Força de trabalho (mil) (b)	4.125 (57%)	4.227 (58%)	3.858 (52%)	3.961 (53%)	3.803 (51%)	3.984 (53%)	4.005 (53%)
Ocupada (mil) (c)	3.705	3.790	3.300	3.522	3.384	3.572	3.662
<i>Formal (mil)</i>	1.660	1.724	1.561	1.622	1.579	1.687	1.750
<i>Informal (mil)</i>	2.045	2.066	1.739	1.900	1.805	1.885	1.912
Desocupada (mil) (d)	420	437	558	439	419	412	343
Fora da Força de trabalho (mil) (e)	3.070 (43%)	3.070 (42%)	3.532 (48%)	3.505 (47%)	3.675 (49%)	3.556 (47%)	3.530 (47%)
Desalentados (mil) (f)	327	361	463	380	385	341	346
Taxa de desocupação (g=d/b) (%)	10,2	10,3	14,5	11,1	11,0	10,4	8,6
Nível de ocupação (h=c/a) (%)	51,5	51,9	44,7	47,2	45,2	47,4	48,6
Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, das pessoas ocupadas (R\$)	1.928	2.043	1.961	1.855	1.790	1.786	1.908

Fonte: IBGE (PNAD Contínua). Atualizado dia 17.11.2022.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS (ATÉ SETEMBRO/2022)

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021**	2022***
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.435.877	1.517.101	1.578.891
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.348.961	8.839.100	9.201.073
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.233.693	49.011.097	51.158.697
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,20	17,16	17,16
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,11	3,10	3,09
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,06	18,03	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: *O estoque de empregos 2020: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2020 (Novo Caged).

** O estoque de empregos 2021: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2021 (Novo Caged).

*** O estoque de empregos 2022: Estoque de estatutários de 2020 (Rais) + Estoque de empregos em 2022 (Novo Caged).

POPULAÇÃO E EMPREGO/POPULAÇÃO (ATÉ SETEMBRO/2022)

REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022*
Ceará	8.904.459	8.963.663	9.020.460	9.075.649	9.132.078	9.187.103	9.240.580	9.293.112
Nordeste	56.551.115	56.907.538	57.245.734	56.752.244	57.063.084	57.374.243	57.667.842	57.951.331
Brasil	204.441.683	206.072.026	207.652.504	208.436.323	210.088.011	211.755.692	213.317.639	214.828.540
Ceará (%)	17,33	16,10	16,24	16,22	16,19	15,63	16,42	16,99
Nordeste (%)	15,74	14,82	14,92	15,24	14,98	14,55	15,33	15,88
Brasil (%)	23,51	22,35	22,29	22,37	22,24	21,83	22,98	23,81

Fonte: RAIS/ME, NOVO CAGED e IBGE.

Nota: * Dados sujeito a alterações.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ

CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Setembro/2022.

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2022*	419.857	358.067	61.790
2021*	497.404	416.180	81.224
2020*	373.201	367.243	5.958
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.703.530	7.106.817	596.713
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			666.261

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN A OUT)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	2022
Abertura	60.237	73.095	73.968	94.551	92.918
Fechamento	67.510	26.764	22.811	32.335	41.909
Saldo	-7.273	46.331	51.157	62.216	51.009

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN A OUT)						
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
	14.566.356	15.093.577	12.993.844	18.095.370	14.440.571	-0,86

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN A JUN)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (18 - 22) %
Ceará	5.613.615	5.819.946	5.489.488	6.184.772	6.148.928	9,54

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

Núcleo de Inteligência ADECE/SEDET

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ
CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br



FECHAMENTO DE MERCADO

BOLSAS

<u>IBOV</u>	108.498,88
<u>NASDAQ</u>	11.063,74
<u>DOW JONES</u>	33.967,82
<u>S&P 500</u>	3.976,36
<u>Nikkei 225</u>	28.115,74
<u>LSE LONDRES</u>	8.170,00

MOEDAS

<u>DÓLAR</u>	R\$ 5,35
<u>EURO</u>	R\$ 5,49
<u>GBP - USD</u>	1,19
<u>USD - JPY</u>	141,38
<u>EUR - USD</u>	1,03
<u>USD - CNY</u>	7,14
<u>BITCOIN</u>	\$16.180,62

COMMODITIES

<u>BRENT (US\$)</u>	89,28
<u>Prata (US\$)</u>	21,03
<u>Boi Gordo (US\$)</u>	153,70
<u>Trigo NY (US\$)</u>	792,90
<u>OURO (US\$)</u>	1.741,10
<u>Boi Gordo (R\$)</u>	291,10
<u>Soja NY (US\$)</u>	1.435,88
<u>Fe CFR (US\$)</u>	91,54

INDICADORES DE MERCADO

<u>US T-2Y</u>	4,52	<u>Risco Brasil - CDS 5 anos - USD</u>	263,19
<u>US T-5Y</u>	3,94	<u>SELIC (%)</u>	13,75
<u>US T-10Y</u>	3,77		
<u>US T-20Y</u>	4,08		
<u>US T-30Y</u>	3,84		

ECONOMIA CEARENSE

<u>RCL - CE (2021)</u>	25.170,81 Mi	<u>INVES - CE (2021)</u>	3.477,67 Mi
<u>RCL - CE (AGO/2022)</u>	19.989,46 Mi	<u>INVES - CE (AGO/2022)</u>	2.015,34 Mi

INFLAÇÃO

<u>IPCA - Brasil - Acumulado em 12 meses (%)</u>	6,47	<u>IPCA - Fortaleza - Acumulado em 12 meses (%)</u>	6,52
--------------------------------------------------	------	-----------------------------------------------------	------